

ANC - pag 5

• Política

ADUBOS

11 MAR 1987

GAZETA MERCANTIL

CONSTITUINTE

Mandato será definido por Sarney e Ulysses, diz Simon

por Milton Wells
de Porto Alegre



Pedro Simon

O mandato do presidente José Sarney será definido entre o próprio Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, com o PMDB incorporando-se em bloco ao que for decidido, declarou ontem o governador eleito do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, preferindo não emitir uma opinião pessoal a respeito. "A esta altura não há ninguém no PMDB contrário ao mandato normal, que pode ser de quatro, cinco ou seis anos, em lugar da tese das "diretas já", defendida, entre outros, pelo governador Leonel Brizola", afirmou. Diante da insistência da imprensa, Simon respondeu que o mandato poderia ser de seis anos, mas reiterou não querer emitir uma opinião pessoal.

Simon disse que o presidente José Sarney vem cumprindo com os compromissos do PMDB e considerou as dificuldades enfrentadas pelo governo como resultado da herança dos governos militares e também das questões sociais, que se agravaram mesmo antes do movimento de 1964. "É claro que no período militar a situação se agravou em mais de mil por cento, mas as dificuldades sociais vinham muito

antes deste período", sustentou. Para ele, Sarney está conduzindo temas como a reforma agrária com habilidade, lembrando que um simples decreto sobre o assunto, assinado pelo ex-presidente João Goulart, contribuiu para a sua queda em 1964. "Além da reforma agrária temos a moaratória, e o fato de que Sarney não autorizou nenhuma obra faraônica, como as que foram feitas pelos militares. Por isto, a mim Sarney vem satisfazendo com uma administração séria, correta, e vem tentando acertar na questão social."

O futuro governador gaúcho acha que as divergências entre o PFL e o PMDB

"É melhor para o País"

por Andrew Greenlees
de Brasília

"No momento em que achar que devo opinar, vou opinar." O presidente José Sarney deixa claro que pretende ser ouvido pelos políticos encarregados de elaborar a nova Constituição brasileira. "Erro seria se eu não procurasse opinar e, como chefe da Nação, fazer aquilo que a minha consciência acha que deve ser feito, que é melhor para o País." O presidente fez questão de salientar, porém, que não pretende "engajar os instrumentos do governo para fazer prevalecer qualquer ponto de vista dentro da Constituinte. Respeito a soberania da Constituinte". Sarney fez as

declarações ao programa Brasil Constituinte, da Rede Manchete, levado ao ar ontem à noite.

Na opinião de Sarney, a Constituinte dá ao Brasil a oportunidade de realizar "o seu grande pacto social". O presidente classificou de "angelismo" a suposição de que a Constituinte se processe "num mundo fora de nossa realidade".

Segundo Sarney, "os próprios deputados e senadores constituintes foram eleitos dentro deste corte atual da sociedade, e eles são representativos desta sociedade, que está vivendo seus problemas e fazendo as suas reflexões sobre o passado, o presente e o futuro do País".

são estimuladas mais em função de especulações da imprensa do que em fatos reais. E sustenta que o PFL tem lugar reservado no governo por se tratar do segundo maior partido do País. A busca de espaço ele considera normal, observando ser negativo para o País uma eventual unidade de pensamento entre o PMDB e o PFL. "Se houvesse homogeneidade de

pensamento entre os dois partidos, o País estaria vivendo sob o controle de um partido único, o que não é o indicado", afirmou. "O debate e a discussão representam o oxigênio necessário para o exercício da política. O PFL está integrado ao governo de forma natural e se a aliança atuasse de forma única em todos os estados não teria oposição."

Covas e Richa contra interferência

por Zanoni Antunes
de Brasília

A definição da duração do mandato do presidente José Sarney, segundo a opinião de figuras expressivas do PMDB, como a dos senadores José Richa e Mário Covas, só deverá ser discutida ao final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Para eles, debater agora o mandato presidencial é permitir que haja interferência do Poder Executivo na Constituinte.

A tese de que o presidente José Sarney gostaria de ver logo resolvida a questão de seu mandato, principalmente para que possa tratar do encaminhamento da dívida externa, é, na opinião do senador Mário Covas, "um argumento fraco".

Ele acha que o problema deve ser encarado poli-

ticamente a nível do seu partido, o PMDB, "porque não vejo aliança (Aliança Democrática) aqui dentro".

O senador José Richa, por sua vez, argumenta que as negociações sobre a dívida externa são desenvolvidas "de país para país" e que, portanto, não vê razão para que o presidente "atropela em busca de uma decisão agora".

Já o deputado Pimenta da Veiga, do PMDB de Minas, acha que o partido deve tomar uma posição quanto à oportunidade de se discutir o mandato do presidente ou deixar para mais tarde, quando a Constituinte concluir os seus trabalhos. O fórum ideal para isso, segundo Pimenta da Veiga, é a Comissão Executiva do partido.

Outro constituinte que é considera prematura a discussão, agora, sobre a du-

ração do mandato do presidente José Sarney e o líder PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Argumenta ele que é cedo para tratar do assunto, uma vez que a Assembléia é quem decidirá sobre a forma de governo do País: presidencialista ou parlamentarista.

Fernando Henrique Cardoso também confirmou a conversa que o presidente José Sarney manteve com os principais líderes partidários logo após o resultado das urnas de 15 de novembro último. Nesta conversa, segundo Cardoso, o presidente pediu a esses líderes uma definição política sobre a duração do seu mandato.

O deputado Prisco Viana, do PMDB da Bahia, ao ser lembrado do compromisso de Tancredo Neves, quando da formação da Aliança Democrática, de que a

Constituinte definiria a duração do seu mandato, disse que ele, Tancredo Neves, era favorável a uma duração de quatro anos e indagou: "Onde está escrito isso?"

Na sua opinião, Prisco Viana entende que o mandato de Sarney deve ser decidido agora, lembrando que o mandato em vigência pela atual Constituição é de seis anos.

O Constituinte Hélio Duce, ao contestar a afirmação do seu colega de partido Prisco Viana, disse que o deputado baiano não poderá lembrar-se do compromisso de Tancredo Neves "porque enquanto estamos lutando pela transição democrática ele (Prisco) estava lutando pela candidatura derrotada de Paulo Maluf" e concluiu: "É um cristão novo dentro do PMDB e como tal se deve comportar".

CONGRESSO

Em debate, as restrições ao funcionamento do Senado

por Andrew Greenlees
de Brasília

O Senado Federal decidiu ontem como será seu próprio funcionamento durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Haverá sessões ordinárias apenas às segundas-feiras, das 14,30 às 18,30 horas, e o presidente da casa, bem como um terço dos senadores, poderá convocar sessões extraordinárias. Mas os debates mais acirrados envolveram dois pontos polêmicos do acordo firmado na véspera pelos líderes do PMDB, PFL e PDS.

Pelo entendimento, funcionarão no Senado apenas as comissões diretora e de fiscalização, com as demais sendo formadas mediante decisão do plenário. O primeiro problema surgiu aí. O senador Hélio Gueiros, do PMDB paraense, criticou a "castração" do Senado e pediu o funcionamento de todas as comissões.

"Se não for assim, estaremos capengas", queixou-se, recebendo apoio de Jamil Haddad, do PSB, e Itamar Franco, do PL.

A segunda restrição foi levantada contra o partido que impedia os parlamentares de apresentarem ao Senado projetos durante o

período em que durar a Constituinte. Seriam analisadas, neste caso, apenas mensagens do Executivo. "É gritantemente inconstitucional", agitava-se Itamar Franco, brandindo uma cópia do acordo. "É um golpe de estado que dá ao presidente o direito de ser o único a legislar".

As reclamações foram colocadas no papel e apresentadas como emendas ao projeto original, assinado por Fernando Henrique Cardoso (PMDB), Carlos Chiarelli (PFL) e Jarbas Passarinho (PDS). Uma comissão formada naquele momento para apreciar as emendas decidiu incluir algumas alterações no texto original: a comissão do Distrito Federal (com poderes de Assembléia Legislativa) será mantida, além das duas citadas no projeto dos líderes. Os parlamentares, por outro lado, poderão apresentar projetos, mas a apreciação só se dará após a promulgação da Constituinte.

A exceção fica por conta de matérias referentes às atribuições do Senado.

As alterações no projeto original foram insuficientes para Itamar Franco, que insistiu no direito de os senadores apresentarem projetos de qualquer natureza.